

Demonstrações Contábeis – 2020 e 2019

Balancos Patrimoniais em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
Ativo Circulante	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	70.919	74.080
Aplicações financeiras	6	17.349	–
Caixa restrito	27.2	36.000	27.018
Despesas a receber de clientes	7	1.626	2.715
Outros créditos a recuperar	8	23.948	6.346
Despesas antecipadas	9	1.963	4.993
Não circulante		91.267	77.477
Impostos judiciais	21	2.132	2.102
Depósitos oficiais	9	–	1.16
Despesas antecipadas	9	–	1.16
Propriedade para investimento	11	2.870	2.870
Imobilizado	12	8.240	36.287
Intangível	13	77.845	35.076
Total do Ativo		254.192	191.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
Resultado	Nota	2020	2019
Receita líquida de vendas	22	100.803	147.724
Custo dos serviços prestados	23	(50.500)	(52.408)
Lucro bruto		50.303	95.316
Recursos (despesas) operacionais			
Operações de vendas e trabalhistas	23	(46.984)	(31.687)
Vendas e marketing	23	(3.317)	(5.850)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(50.257)	(37.490)	–
Lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas e impostos		46	57.226
Resultado financeiro			
Total do passivo financeiro	(1.237)	(3.378)	–
Recursos financeiros	4.116	2.372	–
Resultado financeiro líquido		24	2.878
Lucro (prejuízo) antes de IRPJ e da CSLL		2.924	56.768
Corrente	21	–	(12.421)
Diferido	21	31	(26)
Imposto de renda e contribuição social		31	(12.447)
Lucro líquido do exercício		2.955	44.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)						
Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros não realizados	Outras Reservas	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.943	2.155	17.379	2.213	(24.365)	22.325
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	44.321
Constituição de reserva legal	19.b	2.216	–	–	–	(2.216)
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.d	–	–	–	–	(10.527)
Reserva de lucros	–	–	–	31.578	–	(31.578)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	24.943	4.371	48.957	2.213	(24.365)	56.119
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	2.955
Constituição de reserva legal	19.b	–	–	–	–	(148)
Reserva de lucros	19.d	–	–	2.808	–	(2.808)
Outros ajustes	19.c	–	–	–	–	6
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.943	4.519	51.770	2.213	(24.365)	59.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.925	56.768	–
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9.161	27.936	–
Gain (perda) sobre baixas de ativo imobilizado	1.969	–	–
Covisão para demandas judiciais	(3.376)	–	–
Correção de erro na mensuração de contratos de arrendamento	(2.959)	–	–
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	380	3.274	–
Atualizações, descontos financeiros e remunerações de contratos de arrendamento	(767)	–	–
Outras transações	278	22	–
7.611	62.860		

observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências de mercado para suportar a conclusão de que tais valores representam o melhor preço para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 20 – Instrumentos financeiros.

1. Contexto operacional – A Autopass S.A. (“Autopass” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 07.140.538/0001-40 na Av. Princesa Julianna Kubitschek, 1.327 – 10º Andar, São Paulo, SP, tendo como objeto principal a gestão de sistemas de bilheteagem, com a elaboração e gestão de operações de pagamento antecipado de viagens realizadas por qualquer modal de transporte coletivo, além da intermediação de negócios vinculados à atividade de transporte de passageiros e à comercialização de cartões e créditos de vale-transporte, vale-alimentação, podendo ainda participar como sócia ou acionista em outras sociedades. O sistema de bilheteagem da Companhia atende às empresas do Consórcio Metropolitan de Transportes (METRO), Consórcio Metropolitan de Transportes (METRO), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), o transporte municipal da Prefeitura de Itaperiça da Serra (entre outras redes de transportes municipais), sendo que a rede de vendas da Companhia está entre as 10 maiores prestadoras de serviços de vendas de créditos de bilhete único para a São Paulo Transporte (SPTrans). As operações da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avenças firmado com o CMT em 27/10/2015 (com aditivo firmado em 02/01/2018), com prazo de vigência indetermi-

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis – A elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e o reconhecimento de ativos e passivos são realizados com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelos Conselho Federal de contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado de forma diversa nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31/12/2020 foram aprovadas para emissão e divulgação de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia em 11/05/2021. Todas as informações contidas nas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) e as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico em 31/12/2020 e 2019, exceto pelas aplicações financeiras avaliadas a valor justo. Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

3. Principais práticas contábeis e práticas contábeis em desenvolvimento – As práticas contábeis a seguir têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. **3.1. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em contrapartida serviço prestado para seus clientes. As receitas de taxa de credenciamento, decorrentes da operação de venda de créditos de passagens eletrônicas, são apropriadas ao resultado de acordo com o processamento da liberação dos respectivos créditos nos cartões eletrônicos de transportes para os seus respectivos usuários. As receitas decorrentes de serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos (bilheteagem) são apropriadas ao resultado de acordo com os clientes, são apropriadas na medida em que as obrigações de desempenho são atendidas – isto é, mediante a utilização dos créditos eletrônicos pelos usuários de transporte. As receitas de taxas de emissão de segunda via de cartão e as taxas de entrega a domicílio são reconhecidas no resultado quando a obrigação de entregar são efetivadas. **3.2. Instrumentos financeiros: a. Instrumentos financeiros: a.1. Ativos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração:** O custo a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia recebe o ativo ou passivo financeiro em seu instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de cliente sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias: (a) ativo financeiro a prazo, (b) ativo financeiro a curto prazo, (c) custo amortizado, ou (d) ativo financeiro a longo prazo. Um ativo financeiro é classificado como ativo financeiro a longo prazo se o prazo de vencimento for superior a 12 meses, exceto quando a obrigação for renovada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida no resultado. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saídos em contas bancárias e aplicações financeiras de consistência imediata (em até 90 dias) em montante conhecido de caixa, incluindo aplicações financeiras de curto prazo com vencimento em até 90 dias, exceto quando a obrigação for renovada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida no resultado. **3.4. Ativo imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** O custo de aquisição de ativos imobilizados é o custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se aplicável. (ii) Custos subsequentes: Os custos subsequentes são capitalizados apenas se o ativo imobilizado gerar benefícios econômicos futuros associados com os gastos sendo auferidos. (iii) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoável a expectativa de que o Grupo irá adquirir o ativo imobilizado no final do prazo de arrendamento. Terrenos não depreciados. Demora reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados quando a Companhia identifica mudanças no ambiente em que opera e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019, são as seguintes:

Vidas úteis estimadas	
Ativo	2020
Móveis e utensílios	5 a 10
Instalações	5 a 10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Equipamentos de informática	2 a 5
Benefícios em imóveis de terceiros	2 a 5

3.5. Ativo intangível: Ativos intangíveis são aqueles que não são tangíveis, mas que são capazes de gerar benefícios econômicos futuros associados com os gastos sendo auferidos. Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida. **Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se a pesquisa for desenvolvida em um ambiente de pesquisa e desenvolvimento, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são avaliados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil indefinida são revisados sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou no método de amortização, conforme aplicável. **3.6. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é representada por imóvel em construção mantido para futuras negociações. **3.7. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é representada por imóvel em construção mantido para futuras negociações. **3.8. Bilheteagem eletrônica – venda de créditos eletrônicos:** A venda de créditos eletrônicos é reconhecida quando a Companhia realiza a captação de valores para utilização no transporte público. As transações de saldos de bilheteagem eletrônica são apresentadas de forma líquida nas demonstrações contábeis e referem-se a saldos a pagar e a receber operacionais das empresas de transportes coletivos, conforme contratos firmados entre as partes para gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, bilheteagem e emissão. Os saldos a pagar são apropriados ao resultado de acordo com o custo histórico de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida. **Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se a pesquisa for desenvolvida em um ambiente de pesquisa e desenvolvimento, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são avaliados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil indefinida são revisados sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou no método de amortização, conforme aplicável. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** O custo de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida. **Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se a pesquisa for desenvolvida em um ambiente de pesquisa e desenvolvimento, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são avaliados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil indefinida são revisados sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou no método de amortização, conforme aplicável. **3.10. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com razoável precisão. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: - Se se pretende realizá-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; - For mantido principalmente para negociação a curto prazo realizable dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou - Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrição quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: - Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; - For mantido principalmente para negociação; - Se pretende realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou - Não há limite incondicional para a liquidação do ativo de direito de passivo por período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. **3.11. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis ao custo do exercício ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.12. Benefícios a empregados:** Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros), e remuneração variável, tais como bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são auferidos. **3.13. Arrendamento de contratos:** Um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. (i) Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de direito de uso de arrendamentos em relação a cada contrato de arrendamento mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos os valores de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é depreciado pelo método de custo amortizado por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia determina o preço de mercado de ativos e passivos financeiros com base na avaliação individual sobre o preço de mercado. **3.14. Impostos de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% aplicadas ao lucro líquido antes do lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis. Para o exercício de 2020, não foram aprovadas tais tributos a pagar. O imposto diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições contábeis e jurídicas que têm efeitos significativos sobre os valores contábeis, tais alterações impactando a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e com base em evidências. **3.15. Tributos sobre prestações de serviços:** Alíquotas para contribuição do PIS e da COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente (regime não cumulativo), reduzidos de créditos apurados pelos mesmos percentuais dos impostos sobre valores de determinados custos e despesas. Os custos para cumprir obrigações de prestação de prestação de serviço são também tributados pelo ISENT-Q por alíquotas que variam entre 2% e 5%. **3.16. Pronunciamentos novos ou revisados adotados no exercício de 2020 (mas que não estavam em vigor em exercícios anteriores):** **a) Mudanças nas principais políticas contábeis:** Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 01/01/2020, sendo elas: (i) Alterações do CPC 15 sobre definição de um ativo financeiro; (ii) Alterações do CPC 48, CPC 30 e CPC 47 sobre a Reforma da Taxa de Juros de Referência; (iii) Alterações do CPC 49 sobre a definição de impacto destas alterações e concluiu que as mesmas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras. **b) Novas normas ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivadas para exercícios iniciados após 01/01/2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia ainda está avaliando os impactos decorrentes das seguintes normas novas nas demonstrações financeiras: **3.17. Impostos de renda e contribuição social:** O custo de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida. **Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se a pesquisa for desenvolvida em um ambiente de pesquisa e desenvolvimento, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são avaliados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil indefinida são revisados sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou no método de amortização, conforme aplicável. **3.18. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é representada por imóvel em construção mantido para futuras negociações. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** O custo de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida. **Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se a pesquisa for desenvolvida em um ambiente de pesquisa e desenvolvimento, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são avaliados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil indefinida são revisados sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou no método de amortização, conforme aplicável. **3.10. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com razoável precisão. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: - Se se pretende realizá-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; - For mantido principalmente para negociação a curto prazo realizable dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou - Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrição quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: - Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; - For mantido principalmente para negociação; - Se pretende realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou - Não há limite incondicional para a liquidação do ativo de direito de passivo por período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. **3.11. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis ao custo do exercício ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.12. Benefícios a empregados:** Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros), e remuneração variável, tais como bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são auferidos. **3.13. Arrendamento de contratos:** Um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. (i) Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de direito de uso de arrendamentos em relação a cada contrato de arrendamento mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos os valores de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é depreciado pelo método de custo amortizado por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia determina o preço de mercado de ativos e passivos financeiros com base na avaliação individual sobre o preço de mercado. **3.14. Impostos de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% aplicadas ao lucro líquido antes do lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis. Para o exercício de 2020, não foram aprovadas tais tributos a pagar. O imposto diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições contábeis e jurídicas que têm efeitos significativos sobre os valores contábeis, tais alterações impactando a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e com base em evidências. **3.15. Tributos sobre prestações de serviços:** Alíquotas para contribuição do PIS e da COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente (regime não cumulativo), reduzidos de créditos apurados pelos mesmos percentuais dos impostos sobre valores de determinados custos e despesas. Os custos para cumprir obrigações de prestação de prestação de serviço são também tributados pelo ISENT-Q por alíquotas que variam entre 2% e 5%. **3.16. Pronunciamentos novos ou revisados adotados no exercício de 2020 (mas que não estavam em vigor em exercícios anteriores):** **a) Mudanças nas principais políticas contábeis:** Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 01/01/2020, sendo elas: (i) Alterações do CPC 15 sobre definição de um ativo financeiro; (ii) Alterações do CPC 48, CPC 30 e CPC 47 sobre a Reforma da Taxa de Juros de Referência; (iii) Alterações do CPC 49 sobre a definição de impacto destas alterações e concluiu que as mesmas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras. **b) Novas normas ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivadas para exercícios iniciados após 01/01/2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia ainda está avaliando os impactos decorrentes das seguintes normas novas nas demonstrações financeiras: **3.17. Impostos de renda e contribuição social:** O custo de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida. **Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se a pesquisa for desenvolvida em um ambiente de pesquisa e desenvolvimento, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são avaliados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil indefinida são revisados sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou no método de amortização, conforme aplicável. **3.18. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é representada por imóvel em construção mantido para futuras negociações. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** O custo de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida. **Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se a pesquisa for desenvolvida em um

verificar a sensibilidade das aplicações financeiras, as quais a Companhia estava exposta, na data-base 08/01/2021, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração a incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31/12/2020 projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário. Análise de sensibilidade

21. Imposto de renda e contribuição social – Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue.

Indexador	Posição em 31/12/2020	Projeção receitas financeiras – um ano					
		Risco de redução		Risco de aumento			
		Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	66.637	2.166	1.083	1.624	2.707	3.249
			3,25%	1,63%	2,44%	4,06%	4,88%
			2,16%	1,083	1,624	2,707	3,249

Indexador	Posição em 31/12/2020	Projeção Receita Financeira – um ano					
		Risco de redução		Risco de aumento			
		Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Aplicações financeiras	Selic	17.349	564	282	423	705	846
			3,25%	1,63%	2,44%	4,06%	4,88%

Indexador	Posição em 31/12/2020	Projeção Empréstimo Financeiro – um ano					
		Risco de redução		Risco de aumento			
		Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Empréstimo Financeiro (Debêntures)	CDI	112.745	7.913	6.090	6.929	8.589	9.420
			3,25%	1,63%	2,44%	4,06%	4,88%

Gestão de risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar o recurso para aplicação em abertura de pontos de vendas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

22. Recetas

Notas	2020	2019
(a)	48.394	68.276
(b)	44.105	68.691
(c)	5.366	7.982
(d)	8.055	12.837
(e)	3.203	5.523
(f)	171	276
(g)	397	859
	4.255	2.297
	113.946	166.714
	(10.143)	(19.017)
	103.803	147.724

Opinião com ressalva
Examinamos as demonstrações financeiras da Autopass S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopass S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Autopass S.A. identificou que para determinados contratos de arrendamento não foram consideradas adequadamente, de acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, o exercício da opção de prorrogação e o fluxo dos pagamentos de arrendamento, conforme determinado nos contratos, na mensuração inicial do passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. Contudo, a Companhia corrigiu esse erro nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020 sem retificar os valores do exercício correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estima-

tiva e Retificação de Erro. Consequentemente, os valores dos ativos imobilizados e dos passivos de arrendamento do exercício correspondente estão apresentados a maior em R\$ 20.159 mil e R\$ 23.118 mil, e o lucro líquido do exercício foi apresentado a menor no período correspondente em R\$ 2.959 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria
Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião com ressalva determinamos que não existem Principais Assuntos de Auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ênfase: Contrato Consórcio Metropolitanamente de Transportes ("CMT")
Conforme mencionado na Nota nº 1, as operações da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avenças firmado com o CMT em 27 de outubro de 2015 (com aditivo firmado em 2 de janeiro de 2018), com prazo de vigência indeterminado. As operações da Companhia dependem da manutenção deste contrato. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos
Valores correspondentes
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do

Provisão para participação nos resultados
Provisões diversas
IFRS 16

Imposto Diferido – 34%
Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

22. Recetas

Taxa credenciamento
Gestão de vendas
Taxa de administração municipal
Rede de vendas
Taxa de emissão 2ª via
Vendas Web aos usuários
Entrega em domicílio
Outras receitas

(-) Deduções da receita – tributos

Receita líquida

(a) Prestação de serviços cobrados das empresas que comercializam o crédito vale-transporte e vendas diretas a empregadores; (b) Taxa de administração e gerenciamento de vendas de créditos eletrônicos às empresas intermunicipais; (c) Taxa de administração cobrada das empresas de transportes às empresas municipais; (d) Receita oriunda do credenciamento junto à SPTRANS; (e) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos; (f) Taxa de conveniência pela venda de créditos de bilheteagem via internet; (g) Tarifa na entrega do cartão domiciliar.

23. Informações sobre a natureza das despesas (custos e despesas)
– A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação de custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado, são apresentadas a seguir:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de março de 2020, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

Despesas de serviços especializados (a)
Despesas administrativas (b)
Despesas com pessoal
Despesas com publicidade e propaganda
Amortização de Direito de Uso – Arrendamento mercantil
Depreciação e amortização
Custos com expansão e operação
Custo dos serviços prestados
Gerais e administrativas
Vendas e marketing

(50.594) (50.305)
(30.940) (13.749)
(12.033) (18.014)
(3.317) (5.850)
(758) 1.205
(3.112) (2.796)
(47) (436)
(100.801) (89.945)
(50.500) (52.408)
(46.984) (31.687)
(3.317) (5.850)
(100.801) (89.945)

24. Resultado financeiro
Receitas de aplicações financeiras
Outras receitas financeiras

2020 2019
785 2.340
3.331 32
4.116 2.372

Encargos bancários
Despesa com juros de arrendamento
Outras despesas financeiras

(121) (119)
(380) (3.274)
(736) (37)
(1.237) (3.430)
2.878 (1.058)

Resultado financeiro
25. Empréstimos e Financiamentos – A Companhia, por meio dos bancos Itaú, Bradesco e Santander, emitiu o montante de R\$ 120.000 em Debêntures em dezembro de 2020 a ser pago ao longo de 5 anos através de amortização mensal com início em março de 2021.

Saldo de empréstimos e financiamentos em 2018
(+) Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos
(-) Provisão de empréstimos e financiamentos
Saldo de empréstimos e financiamentos em 2019
(+) Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos
Captação de empréstimos
Custos de empréstimos

120.000
(7.254)
112.746

Saldo de empréstimos e financiamentos em 2020
Empréstimos, financiamentos circulantes
Empréstimos, financiamentos não circulantes

22.638
90.107

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclu-

Emissora	Instituição financeira	Valor contratado	Data de contratação	Valor liberado	Período de pagamento	
					Início	Fim
Autopass	Bradesco e Santander	120.000	dezembro de 2020	120.000	março de 2021	novembro de 2025
					Saldo da dívida	
					Finalidade	Forma de pagamento
					Garantias	Amortização (a)
					Cash collateral e garantia real + fidejussória	2021 27.449
					Projeto	2022 30.292
					Paulista	2023 28.797
					CDI + 3,75%	2024 27.393
					mensal	2025 23.815
					mensal	112.746
					mensal	112.746

ões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de maio de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 014.028/O-6

Raphael Eduardo Pereira da Silva
Contador
CRC 1SP 242.110/O-5